

OS DESAFIOS DA USP

Elizabeth Lorenzotti
Jornalista

A USP terá nova gestão a partir de novembro de 2001, ainda que esses novos dirigentes provavelmente sejam escolhidos entre os quadros da atual burocracia. Mapear os desafios postos, nos dias atuais, para a USP, sua comunidade e a futura gestão: este o objetivo da consulta que fizemos a oito docentes de diferentes áreas do conhecimento e campos de interesse. Alguns são candidatos declarados a Reitor. Outros, embora formadores de opinião influentes em diversos setores da USP, não pretendem disputar o cargo. Nesta reportagem, uns e outros traçam um painel do que deve (ou deveria) mudar nos próximos anos. Esclarecemos que os professores Adolpho Melfi, Antonio Massola, José Fernandez Peres e Marilena Chauí foram procurados, mas preferiram não se manifestar.

ALFREDO BOSI

*“O fosso entre escola
médica pública e a
USP é a negação da
democracia”*

O diretor do Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP), Alfredo Bosi, acredita que o maior desafio da USP é manter sua posição intransigente de defesa da Universidade pública e gratuita. “Trata-se de continuar fiel a uma política de ensino superior independente, que já deu excelentes frutos no campo da pesquisa e da pós-graduação e ainda pode ser aperfeiçoada nas atividades de graduação e extensão à comunidade”.

Posição plenamente sustentável, considera o professor, “já que a USP nunca se dobrou aos argumentos capciosos e privatizantes dos neoliberais que se orquestraram, nos últimos 10 anos, sob a regência de alguns consultores do Banco Mundial, com o fim de lançar o ensino público à roda viva do mercado, onde o interesse do bem comum não pode sustentar-se a longo prazo”.

Faculdades que dependem exclusivamente do mercado podem, a curto prazo, ter algum êxito na formação de profissionais, acentua o professor. Difícil é sustentarem, a longo prazo, uma pesquisa desinte-

ressada. Isso, só uma universidade pública consegue fazer.

Publicação do IEA. Bosi lembra a publicação produzida pelo IEA, a pedido da Reitoria, por 17 docentes de diversas unidades da USP, *A Presença da Universidade Pública* (2000). “O documento



mostra, com clareza, que a raiz das desigualdades sociais, no campo educacional, está na deterioração do ensino médio nos últimos 30 anos. A universidade é a ponta de um sistema injusto, em que as etapas inicial e média foram desleixadas pelos governos estaduais e municipais”.

Um dos desafios que o professor vê para a próxima gestão é “assumir a missão cívica de preparar projetos que visem a recuperar a dignidade da escola secundária pública, cujos docentes deveriam ter, pelo menos, a mesma condição salarial de um professor universitário iniciante em tempo integral”. Como ocorre, diz Bosi, “na escola média da França, da Itália, da Alemanha, da Inglaterra”.

Isso parece impossível no Brasil, tal o fosso entre os salários. “Porque além do problema financei-

ro, freqüentemente os empréstimos que as secretarias de Educação conseguem obter do Banco Mundial proíbem o uso do dinheiro

para aumento do pessoal docente. Podem comprar coisas, materiais. Mas, mesmo nos Estados que têm recebido milhões de dólares, como São Paulo e Ceará — porque são dirigidos por partidos oficiais, que estão ‘de bem’ com o Banco Mundial — praticamente não melhoram os salários dos professores, que têm de implorar, fazer greve etc., para receber reajuste”.

Previsão moral. Então, argumenta Bosi, a Universidade deve pensar maduramente os problemas de gestão do ensino básico, e contribuir para que a situação atual conheça uma reversão. “É claro que a Universidade não vai poder resolver o problema, mas tem de pensar — é função dela — e apresentar projetos de políticas públicas, tem de fazer uma previsão moral e intelectual para que o quadro se reverta. Se isso não

ocorrer, continuará o fosso entre a escola média pública e a nossa USP, que é a negação da democracia. Quer coisa mais antidemocrática que um aluno que sai de um colégio da periferia, que fez seu curso na escola pública, nunca poder entrar na USP?”

Outro desafio é a relação docente-número de alunos, sobretudo nos cursos dados pelas disciplinas básicas. “Eu falo da área de Humanas, que conheço. São classes superlotadas e número insuficiente de professores — e é justamente no primeiro ano, quando o aluno vem do colegial mal preparado, que se dá o problema. O professor tem de fazer um verdadeiro comício”.

Este é um problema agravado pelas aposentadorias, e a substituição se faz demoradamente. “Só quando essa relação docente/aluno estiver bem equacionada, e só depois de ter passado um tempo suficiente para a execução dos programas de ensino dessas disciplinas é que é lícito pensar em avaliação didática”.

Outro tema forte é a política salarial. O professor acredita que a próxima administração deva manter o diálogo com as entidades de docentes e funcionários. “Sou favorável a uma política salarial constantemente conferida pelas associações de classe”, salienta.

Desafio ético. Finalmente, acentua Bosi, há um desafio de caráter ético. No início de 2000 o reitor solicitou ao IEA que formasse uma comissão para propor diretrizes para a elaboração de um Código de Ética da USP. A comissão foi

composta pelos professores Alberto Carvalho da Silva, Dalmo de Abreu Dallari, Paschoal Ernesto Américo Senise e Fábio Goffi, todos da USP, e William Saad Hossne, da Unesp.

Os trabalhos foram expostos e debatidos publicamente nos Fóruns de Política Universitária em novembro de 2000 e maio de 2001. “O objetivo é ajudar a equacionar alguns problemas da Universidade, embora, é claro, a existência de um Código de Ética não torne as pessoas eticamente perfeitas. Mas o transgressor ficará definido como tal”. Se o código for aprovado nesta gestão, o desafio é cumpri-lo. “Então, o próximo reitor e o CO têm de encontrar formas de cumprir”.

DALMO DALLARI

*“Abrir o debate político
sobre as grandes
questões brasileiras”*

Nos últimos anos, o governo federal, por meio de vários órgãos, impôs uma orientação que esvaziou a Universidade como um campo de debates, crítica e proposta política. Afirmção de Dalmo Dallari, professor titular da Faculdade de Direito.

“Houve uma espécie de burocratização de todas as Universidades públicas brasileiras, que foram reduzidas a produtoras de quantidades”, afirma Dallari. Analisando a avaliação, verifica que foi por demais enfatizada a importância da pesquisa, mas na quantidade e não na qualidade. O que interessa é sa-



ber quantas pesquisas foram feitas, ou estão sendo feitas por uma unidade ou departamento. Quantas pessoas estão envolvidas, quantas horas o pesquisador dedica ao seu trabalho e coisas desse tipo.

Vala comum. “É sempre quanto, quanto, quanto. Não se procura saber a importância do tema pesquisado, não se faz qualquer diferenciação entre uma pesquisa e outra, porque todas as pesquisas foram jogadas na vala comum da quantificação”.

Na mesma perspectiva, acrescenta, os professores da Universidade passaram a ser avaliados em termos de quantidade produzida. “E com uma agravante extremamente séria: a Universidade não dá importância ao exercício da docência. Só se considera trabalho e produção, ou o engajamento numa pesquisa — embora essa pesquisa possa não resultar em qualquer avanço — ou então a quantidade de trabalhos produzidos.”

Aqui, destaca Dallari, há outra distorção muito séria: a superavaliação da publicação no exterior. “Como se tudo o que se publica fora do Brasil fosse bom, e a publicação brasileira de segunda categoria. Isso é uma espécie de colonialismo, que está muito vivo na

USP”.

Dentro desse quadro negativo, aparece a privatização, “claramente estimulada pelo governo federal”. O congelamento salarial e a redução de recursos financeiros passaram a estimular a utilização de fundações e outros mecanismos que visam, na verdade, ampliar os ganhos dos professores. “Então, aí se associam duas coisas: privatização e necessidade de ganhar dinheiro por outros caminhos. A consequência é o esvaziamento dos departamentos, o esvaziamento da Universidade”.

Dallari acredita que a USP deve voltar a seus objetivos estatutários e constitucionais. “É preciso abrir o debate político, inclusive sobre as grandes questões brasileiras. A USP tem estado alheia a isto”, afirma. “É efetivamente necessário que se proceda à escolha do novo reitor tendo em vista essa mudança de atitude”.

“Anticandidato”. Na década de 80 o professor participou duas vezes do processo eleitoral na USP. Da primeira, em 1981, uma “anticandidatura”, como parte da resistência democrática. “Aceitei sabendo que não havia a mínima possibilidade de ser escolhido. Mas achei importante, para que em torno do meu nome se desenvolvesse um movimento, o que aconteceu”, diz.

Depois, em 1985, o professor foi novamente candidato, na ocasião em que foi escolhido José Goldenberg. “Foi uma etapa mais avançada, já num ambiente de maior abertura e houve a possibilidade de muita discussão de propostas. Tive uma votação muito significativa na comunidade, mas

o Conselho Universitário não me colocou na lista”.

Para Dalmo Dallari, o atual processo eleitoral é burocrático e avesso a posições críticas. “Estamos muito próximos do momento da escolha e não há o mínimo envolvimento da comunidade. O processo se passa em tamanho silêncio, é quase secreto”.

Ele acredita que a única forma de provocar um ambiente de maior debate é o envolvimento dos três segmentos fundamentais: professores, alunos e funcionários. “Porque, se formos esperar que a proposta de discussão venha de cima, ela não virá nunca. É preciso mobilização para a criação de um ambiente de crítica, inclusive provocar pronunciamentos públicos de eventuais candidatos a reitor”.

FRANCIS HENRIK AUBERT

*“Democratização
interna e maior
impacto social”*

O diretor da FFLCH, Francis Henrik Aubert, na USP desde 1974, vê dois grandes eixos de desafios: a democratização e a preocupação com um grau maior de impacto social. “Não que a USP não tenha impacto social, mas não



ampla difusão, na própria sociedade, do conhecimento gerado na instituição. Outro aspecto é o da democratização na estrutura do poder interno.

“Não precisamos ir ao ponto de eleições diretas, politicamente não é um conceito que passe no momento.

Mas se uma pequena mudança levasse o primeiro e segundo turnos a serem conduzidos pelo mesmo

colégio eleitoral, já significaria uma mudança qualitativa muito grande”, defende Francis.

“**Conchavo**”. No primeiro turno, quando o colégio eleitoral abarca todas as congregações, além dos conselhos centrais, tem-se um espaço para debate de idéias. “No segundo turno atual, em que são apenas os conselhos centrais, é inevitável, é da natureza da coisa, que o elemento conceitual comece a ceder espaço ao elemento personalista. O que, depois, vira o que tradicionalmente é chamado de ‘conchavo’. Se o primeiro colégio eleitoral fosse mantido para o segundo turno, prevaleceria, no meu entender, o debate de idéias e conceito em vez das relações pessoais”.

O professor cita outro exemplo da necessidade de democratização, que se refere à relação ambígua existente no próprio Estatuto:

a eleição dos representantes discentes. “Filosoficamente, as entidades discentes fazem parte da USP, mas formalmente são estranhas à Universidade. No Conselho Universitário, resolveu-se o problema eleitoral, mas não o orgânico. As entidades continuam, formalmente, juridicamente, como corpos estranhos dentro da Universidade, o que é no mínimo esdrúxulo.”

Ainda dentro da idéia de democratização, ele aponta outro conceito paralelo. “É uma questão de técnica de gestão. A minha vivência me faz concluir que a Universidade centraliza muitas coisas que poderiam ser descentralizadas, e vice-versa. Por exemplo, o diretor tem autonomia para demitir um funcionário, mas não para imediatamente preencher a vaga. Isso depende de uma decisão central, o que é uma situação esquizofrênica”.

Lacunas. O professor acredita que avaliação departamental e do docente têm de caminhar juntas. “É certamente a CERT teria de ser reformulada em termos de sua composição. Primeiro, seria possível imaginarmos que pelo menos uma parcela dos membros fosse escolhida pelos conselhos centrais. Segundo, há lacunas terríveis. Até agora nem na CTA, nem na CERT, há alguém da Faculdade de Direito. Ora, a produção acadêmica na área do Direito é muito diferente de qualquer outra área. O que para a área de Física seria, digamos, um sinal de produção, a publicação na Science, na Nature, para um professor de Direito é um parecer acolhido, por exemplo, pela Comissão de Justiça

prioriza de forma explícita na maneira como faz a gestão, quer acadêmica, quer puramente administrativa. Muitas iniciativas ocorrem praticamente por trabalho no plano individual, ou de pequenos grupos. Não vejo a Universidade tendo uma política de impacto social com a mesma coerência, a mesma organicidade que tem quando se trata do impacto científico, cultural ou mesmo tecnológico”.

Trata-se de um elemento importante, acentua, não só por uma questão de consciência social. “É até por uma questão de interesse. Afinal, a Universidade custa bastante à comunidade e temos no mínimo de ter uma garantia de que essa sociedade receba de volta”.

Democratização significa, também, impacto social, se pensamos em democratização de acesso, democratização no sentido de mais

da Câmara.”

Francis menciona, ainda, a questão da democratização do acesso à graduação, tendo a Fuvest como meta no vestibular um aumento de 25% até o final da próxima gestão. “Talvez pensar em novas modalidades de ensino superior, ou pós-secundário, por exemplo através do aproveitamento da rede Paula Souza, para que o sistema público no Estado de São Paulo pudesse ter incremento em torno de 20%. Isto porque a média no país é de 30% de vagas no ensino superior público e 70% no privado. No nosso Estado, é de 10%, incluindo-se as duas federais”.

O professor aponta que a auto-exclusão — jovens que sequer admitem prestar vestibular — reforça o processo de exclusão social reinante. “Uma maneira de reverter essa situação seria nossa maior presença no segundo grau. Por exemplo, se nossos cursos de licenciatura, em vez de ter uma escola de Aplicação, fizessem convênios com mais 10, 20, 30 escolas, e todas elas tiverem o status de escola de aplicação. E os alunos vão lá, atuar como professores. Seria uma maneira de, no corpo-a-corpo, tentar quebrar esse processo”.

FRANCISCO MIRAGLIA

*“Democratização do
poder é pré-requisito
para mudanças”*

Uma questão central é a democratização da estrutura de poder. O que não significa, apenas, eleger o Reitor, mas fazer também ampla discussão dos rumos que a Universidade deve tomar a cada quatro anos. Para Francisco Miraglia, professor titular do IME e diretor da Adusp, uma vez que se conquiste a democratização da estrutura será possível lidar com todos os outros desafios da Universidade.

O processo eleitoral, da forma como é conduzido, representa o atraso, diz Miraglia. “O estatuto que temos hoje é legado pela ditadura militar, quando deu o golpe das aposentadorias, mandou embora o reitor, aposentou todo o mundo, inclusive o atual presidente Fernando Henrique Cardoso. O estilo é até parecido: uma enorme centralização, muita concentração de poder nas mãos da administração. Tudo isso tem de ser transformado”.

Debate para indicação de reitor iguala-se ao debate em outros estabelecimentos de organização social, afirma. “Você faz uma discussão para eleger governador, presidente etc. É uma discussão estratégica, para onde a gente gostaria de ir. E esta é uma oportunidade para fazer isso”.

Problemas a tratar no debate: atendimento aos alunos, regime de trabalho dos professores, expansão de vagas, avaliação democrática (que respeite a natureza do trabalho), a responsabilidade social da USP. “To-



das essas questões serão tratadas de forma mais adequada com a democratização da estrutura, é claro”.

Entrave. Continuar-se-á, além do mais, lutando por aumento de investimentos da administração pública e por políticas públicas voltadas para o atendimento das necessidades básicas da população brasileira. “A Adusp, os sindicatos em geral reunidos no Fórum das Seis, têm tudo isso em sua pauta e freqüentemente se mobilizam em função dessas questões também. Mas encontram um entrave na máquina burocrática instalada. E se tem coisa a que o trabalho intelectual é avesso é a burocracia e autoridade”.

A autoridade deve constituir-se

como liderança, sustenta Miraglia. “Ou seja, se eu tenho propostas e visões razoáveis, convenço as pessoas e é por isso que se implanta a liderança”. Na USP, o controle extremamente centralizado do poder faz com que se deixe de respeitar regras básicas de funcionamento do Direito.

“Como a questão do professor perseguido pela CERT, que funciona ao arrepio até mesmo do Estatuto da USP. Porque foi votado pelo Conselho Universitário que a CERT não podia fazer avaliação individual e que é o departamento quem faz. Ou seja: não há democracia, não há nem o respeito ao funcionamento jurídico”.

Já as fundações são um capítulo da história da privatização, diz. E para resolver isso é preciso democracia. A proliferação das fundações veio a partir do arrocho salarial. “Mas extensão não é venda de serviços, é preciso discutir isso. Não é um meio pelo qual eu corrijo salários arrochados. Outra coisa que se diz é que a fundação é administrativamente mais ágil, em meio à burocracia muito penosa. Argumento fraco, pois as mesmas pessoas que fazem a agilidade lá poderiam fazer aqui também”.

Miraglia espera que esse conjunto de problemas seja discutido neste semestre. “Creio que vai haver uma luta organizada em função de eleição direta. Professores, alunos e funcionários vão se organizar para tentar interferir decisivamente no processo”. Os três segmentos, organizados, “vão ter de virar sujeito político da história da Universidade, então haverá chance de reverter esse processo”, aposta (leia artigo do professor na p. 21).

FRANKLIN LEOPOLDO E SILVA

*“Recomposição da
USP como instituição
política”*

Professor titular da FFLCH, Franklin Leopoldo e Silva acredita que a próxima gestão da Reitoria dará continuidade à linha desenvolvida especialmente a partir da década de 70: “Ou seja, de dissolução constitucional, gestão privatista e desmonte da Universidade como comunidade acadêmica

e instituição política”.

Há 29 anos na USP, onde começou a trabalhar como professor-assistente na área de Filosofia, Franklin entende que a saída está na mudança da estrutura de poder da Universidade, do modo de escolha do reitor e dos dirigentes em geral, e em certa recomposição dos interesses dos conselhos superiores. Isso para que a Universidade, como instituição, prevaleça sobre outros interesses, que lhe são impostos a partir de fora.

Portanto, a questão básica é o poder: “A comunidade deve retomar a USP por meio de representantes realmente afinados com o interesse da maioria da comunidade, e a Uni-

versidade deve recompor-se como uma instituição política, perfil que ela perdeu ao longo dos últimos anos por conta da despolitização geral do país”. Outras questões, como avalia-



ção e privatização, são pontos subordinados a estas grandes transformações, na opinião do professor.

Avaliação prospectiva. “A avaliação tem sido feita de maneira prospectiva — não tem a ver com aquilo que o docente faz, mas é um meio de dirigi-lo para aquilo que ele deve fazer, a partir de critérios e instâncias que vêm a Universidade de uma maneira geral, muito inespecífica. Esse estilo de avaliação convém a uma universidade preponderantemente organizacional, não institucional, e creio que vá continuar. O que tem ocorrido nas comissões de avaliação e, principalmente, na CERT, não indica que isso vá mudar”.

Quanto às fundações, embora o debate sobre elas seja intenso, o professor não acredita que tenha exercido algum impacto sobre seu perfil e sobre a possibilidade de virem a surgir outras entidades do tipo. “Porque, de um lado, as fundações existentes estão muito bem ancoradas nas suas respectivas unidades universitárias. Na verdade, as fundações exercem um papel tão preponderante, que as unidades universitárias por vezes chegam a estar subordinadas a elas de fato, se não de direito”.

A crônica carência de recursos encorajaria o aparecimento de novas fundações. “E, como nada indica que essa carência vá melhorar, tenho a impressão que as fundações tendem a se firmar cada vez mais, apesar dos protestos de grande parte da comunidade. Cada vez mais elas terão lugar maior na Universidade, porque cumprem um papel positivo, ao desobrigar as unidades de

resolver os problemas materiais, de equipamentos, recursos etc.”

Sem meio-termo. Para Franklin, o sistema de poder está tão bem consolidado, na sua estrutura atual, que a tática de se pensar em tentar “transformar por dentro” não funciona mais. “Se você entra, quem é transformado é você. Então, não há meio-termo. Se você entra para transformar, não tem condições de governabilidade. A última alternativa, então, é talvez entrar para mexer um pouco aqui, ali, mas na verdade manter as coisas como estão”.

A perspectiva colocada parece pouco construtiva, reconhece o professor, mas ele se declara pessimista quanto à perspectiva de eleição de qualquer candidato que se oponha ao sistema. E, mesmo que se eleja, duvida que poderá efetivamente implantar mudanças.

“É o impasse do país, e não só daqui como de outros países, a sensação de que não há saída. Parece que até mesmo a invenção da chamada Terceira Via é uma espécie de contraprova de que não há saída, à me-

da que a Terceira Via é uma variante das existentes...”

Mas, se a comunidade universitária puder se recompor, se reorganizar, há uma possibilidade, senão de mudança, ao menos de resistência: “Mas acho que essa organização e essa atividade da comunidade universitária não passam por esquemas de poder. Passam por outro tipo de pressão, de atuação, que a meu ver é até incompatível com a questão de cargos e funções. Passam por uma atividade política de questionamento do establishment”.

GIL MARQUES

“Retomar a liderança e atender às expectativas da sociedade”



O professor Gil Marques, prefeito do campus da Cidade Universitária, acredita que a USP tem pela frente dois

grandes desafios: preservar a posição de liderança no contexto nacional e atender melhor às expectativas da sociedade. “É claro que o desafio de qualquer universidade pública é atender melhor aos anseios, às expectativas da sociedade. É como introduzir aperfeiçoamentos de tal maneira que ela atenda às necessidades da sociedade nas áreas de educação, cultura, produção e disseminação do conhecimento, produção de recursos humanos qualificados. Além de desenvolver uma política social que também leve em conta os interesses da comunidade.”

A Universidade deve, para manter a posição de liderança, introduzir aperfeiçoamentos, medidas, reformas, até em seu Estatuto. “Sur-giram várias universidades privadas e a USP está sendo cobrada. Quando você compara, por exemplo, a produção de recursos humanos das universidades públicas e das privadas, é claro que produzimos recursos humanos melhor qualificados. Mas, do ponto de vista estritamente numérico, pode ter certeza de que as privadas produzem muito mais recursos humanos que as públicas”.

Atacar a evasão. O professor lembra que, recentemente, a revista Veja noticiou que a Unip seria hoje maior do que a USP, em número de estudantes de graduação. “Eu diria que a posição da USP ainda é de destaque, mas não é confortável, porque a sociedade está cobrando uma série de iniciativas. Eu colocaria dois pontos na área de graduação: aumentar o número de vagas e atacar o problema da evasão”.

O professor admite não ter propostas fechadas, está apenas esbo-

çando algumas idéias, por exemplo em relação à avaliação e à CERT: “Tenho um grupo de pessoas que me ajudariam na elaboração de um projeto envolvendo o tema”. Para Marques, há necessidade de se introduzir alguns aperfeiçoamentos na CERT.

“Vai depender muito da proposta de avaliação que se faz. Porque, na verdade, a CERT é responsável pela avaliação individual dos docentes. Então, primeiro é preciso pensar num projeto de avaliação. Vejo a avaliação feita no âmbito da unidade. Avaliações mais frequentes e, quando se detectar algum problema no âmbito da unidade, eu gostaria de uma avaliação anual, por exemplo, baseada em relatório dos departamentos.”

A partir daí, prossegue o professor, seriam identificadas algumas falhas e, eventualmente, se teria uma comissão como a CERT para avaliar esses casos. “Aqueles que não correspondem às expectativas, aqueles que estão abaixo das metas estipuladas pelo próprio departamento. Então, acho que se deve começar por uma avaliação mais institucional. E depois, em virtude de uma necessidade, descer à avaliação individual. É uma questão central, esse processo deve continuar, e analisar como a CERT se insere nesse contexto”.

Avaliação na unidade. É fundamental que todos os candidatos tomem posição clara em relação a esses temas, diz Marques. “Minha proposta não é fechada, estou apenas esboçando algumas idéias. Avaliação de natureza institucional, no nível da unidade, não do departamento. E avaliações mais frequen-

tes. A avaliação departamental foi uma idéia muito boa, mas no caso de algumas instituições houve avaliação de seis, oito anos. É preciso dar continuidade”.

Marques coloca-se como candidato a Reitor. “Acredito que, a partir da experiência que tive, possa avançar, no sentido de entender melhor a Universidade, formular propostas de acordo com as expectativas da comunidade acadêmica”. Quanto maior o número de candidatos, melhores serão os debates, acredita.

“Ouve-se falar de nomes de candidatos, alguns com mais experiência na área administrativa, outros na área acadêmica, outros são grandes cientistas. Tudo isso faz com que se tenha um leque muito grande de opções para a Universidade”.

HERNAN CHAIMOVICH

*“Contemporaneidade,
garantia de acesso e
formação crítica”*

Na sua análise dos desafios propostos para a USP, o pró-reitor de Pesquisa Hernan Chaimovich apresenta duas questões centrais: democracia e modernidade. “Quando hoje se pensa em ensino superior, se pensa em universidades de muitos tipos, em escolas de muitos tipos, em empresas de muitos tipos. Há inúmeros novos agentes,

novas tecnologias e novos acontecimentos que ocupam o espaço que, há 20 anos, a Universidade pensava como apenas seu”.

Outra questão é a pesquisa básica, que também pensava-se ser função própria da universidade: “Houve uma multiplicação enorme de institutos, conectados ou não à USP. Pesquisa é feita em muitas empresas. Então, quando se pensa em desafios para a próxima gestão, é preciso pensar nessas coisas todas. Porque há desafios próprios à USP, e outros que são gerais para qualquer universidade pública”.

Assim, o problema que está posto, para ele, é como se resgata aquilo que ainda é absolutamente característico da universidade de pesquisa pública. “Que valores são próprios dessa instituição, reconhecíveis por mais de cinco, seis séculos?”

Chaimovich entende que há três pontos centrais: a formação de um cidadão com competência específica; a possibilidade de acesso à formação; a pesquisa desinteressada e a formação crítica. “Todos têm a ver com o princípio democrático: o acesso; e a contemporaneidade: o tempo e o espaço.

Vejo esses como os desafios centrais para a USP nos próximos tempos”.

Criação intelectual. Segundo o professor titular do Instituto de Química, aumenta a inserção da criação intelectual da USP no país. “Muitas vezes a Universidade tem sido qualificada de elitista. Mas, na prática, muitos prefeitos, algumas favelas, a população do Butantã, algumas empresas, o Ministério da Ciência e Tecnologia, enfim, a sociedade do jeito que você quiser, segmentada como ela é, está sentindo que a criação intelectual desta Universidade está cada vez mais em contato com cada segmento”.

Em relação à questão da privatização, ele afirma que essa palavra tem de ser definida: “Não sei de que tipo de privatização falamos. O que é privatização etimologicamente? Vamos pegar um bem público e vendê-lo para uso privado. Se for essa a definição, não vejo nenhuma privatização na USP. Se entendermos pela palavra que segmentos dessa Universidade têm capacidade de resolver problemas concretos da empresa privada, eu simplesmente discordo da definição. Então, privatização em que sentido? Se em Piracicaba temos um grupo, em con-

vênio com a Esso e a participação da prefeitura, que faz o primeiro estudo da bacia do Rio Piracicaba, isso é privatização? Não. Temos de definir o que entendemos com isso”.

Ele mantém seu entendimento sobre avaliação da docência, já exposto na Revista Adusp 22. “O que está em questão não é a avaliação, mas a CERT. Porque na USP é enorme o número de avaliações: cada professor é submetido a concurso, doutorado, livre docência. Os departamentos são avaliados. Cada professor tem um projeto, é avaliado pelas agências de financiamento etc. Quando pedem dinheiro para qualquer coisa, as unidades são avaliadas. Houve uma avaliação departamental que, a meu ver, foi muito bem conduzida.”

Irresponsabilidade. Sobre o acesso, lembra que as três universidades paulistas apresentaram ao Cunesp e ao Estado uma proposta de expansão de vagas. “No Estado, 86% das vagas do sistema pós-secundário são privadas. Isto é uma irresponsabilidade histórica. Não há lugar no mundo em que o ensino pós-secundário atinja uma camada grande da população e seja sistema único. Isto é, precisa ter universidade de pesquisa, como a USP. Mas também é preciso um curso seqüencial de dois anos que ensine a ler, entender o que se leu, ter uma atitude crítica sobre o que se leu, ser um cidadão e ter uma proposta qualquer sobre aquele texto. Esse treinamento coloca um jovem de 18 a 20 anos num patamar de competência cidadã já”.

O necessário aumento de vagas “deve ser moderado”, estima o pro-



fessor. “Mas sobretudo esta Universidade tem de continuar a ser referência em termos de qualidade. Cooperar, colaborar, compartilhar com o esforço que toda a sociedade vai ter de fazer para que um número muito maior de jovens de 18 a 24 anos tenha acesso”.

Chaimovich é candidato assumido a Reitor. “Faço política desde os 15 anos e não preciso dizer hoje que gosto, eu sempre gostei. Há segmentos desta Universidade que pensam que eu poderia representá-los, e não vou me furtar”.

MAGDA CARNEIRO SAMPAIO

*“Oferecer mais vagas
e ao mesmo tempo
manter ensino de
excelência”*

A médica Magda Carneiro Sampaio, professora titular do Departamento de Imunologia do Instituto de Ciências Biomédicas, considera indiscutível o papel relevante que a universidade pública brasileira desempenha na sociedade, assim como sua contribui-

ção para o desenvolvimento do país. “Além de oferecer os melhores cursos de graduação e pós-graduação, constitui, por excelência, o local onde se faz a pesquisa no Brasil. É depositária de parte significativa dos bens de natureza cultural e também presta serviços essenciais à população, como, por exemplo, nos setores ligados à saúde, que beneficiam sobretudo as camadas menos favorecidas.”

Segundo a ex-diretora do ICB, a universidade, entretanto, “deveria desempenhar muito mais o papel de fórum permanente para a reflexão e para a proposição de soluções para as principais questões da atualidade”, afirma. Entre os principais desafios da USP para os próximos anos, ela destaca “o oferecimento do maior número possível de vagas para os egressos do segundo grau e ao mesmo tempo manter um ensino de excelência que sirva de paradigma para as instituições congêneres do país.”

Maiores talentos. Aponta, também, “o desafio de continuar atraindo e mantendo

em seus quadros de docentes e de funcionários os maiores talentos/competências em cada uma das áreas do conhecimento”. Magda acredita que se deve valorizar “de forma equitativa, dentro das atribuições docentes, as três grandes atividades-fim: o ensino, a pesquisa e a extensão”.

Destaca ainda a necessidade de se implementar a interdisciplinaridade, favorecendo articulações entre as diferentes unidades e, em consequência, entre as diversas áreas do conhecimento, “certamente hoje os campos mais férteis para a geração de novas idéias e a conquista de avanços mais significativos para os programas de graduação e pós-graduação”.

Além do problema estimulante de “gerir de forma ágil uma estrutura com a complexidade e as dimensões que a nossa Universidade atingiu, garantindo as melhores condições de trabalho e estudo para todos os que aqui convivem”, Magda inclui, entre os maiores desafios, o de “manter a USP como uma instituição pública servindo plenamente às demandas da sociedade brasileira contemporânea”. **RA**

